

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

(Continuação da 1ª página)  
coloque em pauta seus pedidos. "Não há mais dúvidas de que este orçamento já acabou. É preciso ser substituído", respondem técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). encarregados de administrar o fluxo de caixa.

Boa parte dos ministérios encontra-se na situação de não conseguir quitar faturas de prestação de serviços, suspendendo ou adiando despesas com terceiros. Na própria Seplan, por exemplo, as verbas de "outros custeios e capitais" não passaram de 52% da dotação orçamentária em maio. Neste mês, o órgão só recebeu até agora 38,8% dos NCz\$ 12,8 milhões a que tem direito, para atender a si próprio e aos governos do Distrito Federal, Amapá e Roraima, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras áreas.

O critério adotado pelo Tesouro tem sido pagar, inicialmente, as folha de pessoal, as transferências a estados e municípios (e outras despesas vinculadas pela Constituição) e o serviço da dívida externa. O que sobra depois disso é então distribuído entre os órgãos a título de "outros custeios e capitais" — o que nunca chega a 100% do global, pelo menos nos últimos dois meses. A demanda por estes recursos, em

Somente a folha de pessoal consumiu em junho quase o dobro de recursos do mês anterior, por conta dos pagamentos do 13º salário e do abono de 30% aos funcionários, totalizando NCz\$ 2,2 bilhões. Incluindo as despesas vinculadas, como a cota-café e a cotaprevidência, as transferências (basicamente a estados e municípios) ficaram entre NCz\$ 1,3 bilhão e NCz\$ 1,4 bilhão. Outros NCz\$ 100 milhões foram liberados para pagamento das dívidas. Os pagamentos de débitos com aval da União no exterior (aviso MF) devem consumir outros NCz\$ 400 milhões, aproximadamente.

Estas liberações prioritárias representam algo como NCz\$ 4,1 bilhões, segundo estimativas do Tesouro. Mesmo com a recuperação da receita tributária verificada a partir de maio, não se espera que entrem nos cofres do Tesouro mais do que NCz\$ 4 bilhões em junho, na melhor das hipóteses, embora sazonalmente este seja um mês favorável à arrecadação. Como os gastos chegarão a pelo menos NCz\$ 4,6 bilhões, já consumindo parte do saldo anterior de "caixa", além de um déficit de aproximadamente NCz\$ 600 milhões, ainda restarão despesas não atendidas da ordem de NCz\$ 1,5 bilhão, pelo menos.

Por enquanto não foi utilizada nenhuma válvula de escape para contornar a proibição de só gastar o que for arrecadado, permitindo ao governo mostrar à missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que efetivamente está mantendo o equilíbrio orçamentário, não podendo explicar a inflação como decorrência de pressões fiscais. No segundo semestre, entretanto, será preciso aumentar a colocação de títulos, com a elevação das taxas de juros — como já admite o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

O aumento das despesas por conta da inflação e dos reajustes salariais já "estourou" o Orçamento da União para este ano, levando o governo a pedir créditos suplementares e mesmo a cogitar de rever parcialmente a regra básica do Plano Verão, que só permite utilizar a colocação de títulos no mercado para cobrir a "rolagem" e os juros da dívida mobiliária, como admitiram ontem fontes autorizadas da Secretaria do Planejamento (Seplan) e do Ministério da Fazenda.

O "caixa" do Tesouro fechou o mês passado com um déficit de aproximadamente NC\$ 2 bilhões e os ministérios só receberam em junho um terço das verbas para outros custeios e investimentos, em média, por absoluta falta de dinheiro.

O déficit de "caixa" projetado para este mês deve repetir maio. Na melhor das hipóteses, a receita estimada em menos de NCz\$ 4 bilhões garantiria apenas o pagamento de pessoal, transferências constitucionais e o serviço da dívida.

Em julho é possível que o Poder Judiciário — que concedeu aumentos salariais muito acima da inflação há poucos meses — já enfrente problemas para pagar seus funcionários, conforme projeções da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), vinculada à Seplan. O mesmo tipo de dificuldade atingirá o Legislativo e o Executivo logo em seguida, em agosto ou setembro. Para outubro, quando a União deve pagar o segundo abono aos servidores, não existe qualquer previsão.

**A**lém do atraso crônico com empreiteiros e fornecedores, a falta de dinheiro já está afetando seriamente os programas sociais a cargo da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC) e impedindo o Ministério da Indústria.

Mais importante ainda é que as empresas não conseguem manter uma estabilidade econômica começa a sofrer fundo a crise econômica.

"Enquanto isso, a crise atinge dezembro de 1989.", disse, "mas, logicamente, tenho um mandamento". "E desvanecer-se-convite." E recusou o presidente - recuso o convite para em março pa-